

RAUBER, I. Xénero e poder. Ollada desde América Latina.
Confederación Intersindical Galega (CIG). Gráfica Nós S.A., 2004.

MARÍA FRANCO GARCÍA *

Neste livro Isabel Rauber, profesora de filosofía na Universidad de la Habana (Cuba), da continuidade aos seus estudos sobre o poder. Porém, neste caso numa concepción que aborda o poder sustentado por, e sustentáculo de, umas determinadas relacións de gênero.

A sua singularidade, poderíamos falar, é a unión da teoría e a práxis. Como destaca Maria Pilar Garcia Negro, deputada do Bloque Nacionalista Galego (BNG) no parlamento galego, no prólogo da obra, Isabel une também pensamento e sentimento, ciência e vida, em simbiose necessária. E isso é feito colocando no primeiro plano da sua reflexión a experiéncia direta das mulheres entrevistadas: religiosas, militantes de movimentos sociais, dirigentes políticas, líderes indígenas, camelôs, estudantes, líderes comunitárias, docentes universitárias, dirigentes camponesas, donas de casa, militantes políticas, ex-guerrilheiras, dirigentes sindicais e teólogas feministas, todas elas mulheres latinoamericanas.

No diálogo travado com estas protagonistas, um todo continuo no texto, a autora opta por destacar quatro questões fundamentais desenvolvidas nos seus quatro capítulos: gênero e poder; o enfoque de gênero; gênero e política e o empoderamento das mulheres.

No primeiro capítulo a discussão centra-se na concepción de gênero e das relacións de

gênero enquanto substrato de relacións de poder. Rauber entende o gênero como a forma social que adota cada sexo, toda vez que se adjudica a ele conotações específicas de valores, funções e normas, ou os chamados “roles” sociais. Por exemplo, os estereótipos que confundem á mulher com a sensibilidade ou a passividade e o ser homem com a força e o poder. As adjetivações são de fato múltiplas. Elas dependem dos espaços e momentos históricos concretos dos que falemos, por uma parte, e desde os que falemos, pela outra. Porém tais adjetivos, que definem identidades e capacidades de cada sexo, resumem e expressam a base sócio-cultural das assimetrias nas relacións entre os sexos, sobre a que se assenta a subordinação hierárquica da mulher.

Mas não só isso. Para a autora ademais de fomentarem a discriminação, subordinação e marginação de algumas mulheres geram a frustração de muitos homens e mulheres. Essa frustração é parte dos mecanismos sócio-psicológicos de dominação que transformam as relacións entre as pessoas em um ter ou não ter.

Ao procurarmos por as origens históricas desta discriminação observamos que parte da diferença de roles, enquanto a forma mais primaria da divisão do trabalho: para a mulher a maternidade e o âmbito doméstico e para o homem os afazeres públicos. E na medida em que a valoración do público foi incrementando-se, devido a que o aceso a esta esfera requereu cada vez mais uma formação específica, acentuou-se a fenda entre ambos os espaços.

Rauber coloca as causas da problemática atual, por uma parte, da opressão histórica assinalada e, por outra, na ambigüidade social a respeito do rol (papel social) da mulher. Confusão que está tanto na própria mulher quanto na sociedade no seu conjunto.

A esfera, âmbito, espaço privado foi-se carregando de um duplo sentido: para os homens, um mundo “da sua propriedade” e um mundo “privado de” para as mulheres. Em última instância um mundo privado necessário para o desenvolvimento de um mundo público. Nas palavras da autora “o mundo do público, masculino e dono da produção, do saber, da política, necessita e cria um mundo privado subordinado às suas necessidades, uma das quais - e prioritária - é, por suposto, a sua manutenção, reprodução e ampliação.” (p.23). Ou seja, a produção e reprodução das relações hierarquizadas entre esses espaços e as pessoas que os integram: homens e mulheres. Sendo que em ambos as mulheres estão no prejuízo. O lugar público valoriza-se como resultado das interações sociais, no entanto o doméstico (lugar da individualidade e do pessoal) é isolado do político e confere-se uma auréola de naturalidade. Esta condição atrelada à ideologia hegemônica de gênero pautada num sistema sexo-gênero com domínio do masculino, implica que, o espaço doméstico isola-se da política e naturaliza-se. Ele é percebido e vivido como adequado a presumíveis características femininas, também de índole natural, tomando em consideração a biologia como dispositivo de poder. Aliás, se a relação de subordinação mulher-homem se pauta numa relação de inferioridade “natural”, as relações na escala da família entre homens e mulheres são então “privadas”, particulares, naturais, alheias ao Estado, à política, ao poder, à cultura, à sociedade. Eis o circuito que alimenta a confusão entre sexo e gênero, entre o social e cultural e o biológico. Sendo que no atual sistema sexo-gênero a diferença biológica oculta a geração social do gênero e é a base de um sistema opressivo.

Isto nos conduz a uma outra discussão, o papel transformador que o enfoque de gênero pode jogar nas relações de poder.

Segundo Isabel Rauber não há uma contradição infalível entre a luta por mudar a sociedade no sentido de democratizá-la (organiza-la sobre valores de equidade, justiça e progresso social) e as lutas das mulheres pelas suas reivindicações de gênero, ainda que na atualidade também não haja harmonia. Uma questão fundamental desta carência é que falta de valor do enfoque de gênero, que desvenda as raízes histórico-culturais da opressão e da dominação, faz com que ambos os fenômenos (gênero e poder) sejam analisados separadamente, como questões desconexas. Só quando se trata de subordinar, mais uma vez, a denominada “questão feminina” à solução do problema considerado “fundamental”, que é exclusivamente, nesta interpretação, a do poder. Essa subordinação desemboca noutra série de subordinações. Como a de condicionar a solução da desigualdade na relação homem-mulher à solução do conflito entre classes antagônicas.

A redução da concepção do poder à escala nacional e a compreensão deste quase unilateralmente como um instrumento de dominação de uma classe sobre outra, reduz toda vida social e também à sua dinâmica, ao conflito entre as classes assim consideradas fundamentais, e sobre todo, à solução do dito conflito também considerado como fundamental. Nesta interpretação, a liberação feminina e a igualdade de roles entre os seres humanos de distinto sexo, viria a ser uma consequência inevitável (mecânica) da solução do “conflito fundamental”, que se logra com a tomada do poder. Este pressuposto parte de outro: atribuir a existência da opressão das mulheres ao capitalismo, quando na realidade data de muito antes. O seu fundamento último está na cultura patriarcal-machista historicamente constituída e afiançada em distintos sistemas sociais, por isso muito difícil de superar.

Uma concepção ampliada do poder se faz indispensável, por isso a autora não poupa em nos lembrar alguns dos seus aspectos. Em primeiro lugar, o poder de uma sociedade não está nem em um lugar nem em uma instituição determinada. Ao tempo que é executado por médio de um conjunto de instituições também se conjuga com um amplo leque de fatores sócio-culturais e econômicos que atuam sobre o todo social. Essa atuação efetiva-se por diversos médios e mecanismos que velam ou tornam invisível a sua ação, enquanto ação de dominação, de poder. Mas isso se apresenta como natural na vida social, como se o poder se reproduzisse espontaneamente. Porém, toda vida pública existe porque existe determinado mundo privado que a faz possível. Ambos os “mundos” estão intercomunicados e condicionam-se mutuamente. Isto significa também que as relações de poder começam e acabam (produzem-se e reproduzem-se) em cada casa. Por isso, para a autora o enfoque de gênero longe de socavar a luta pelo poder enriquece a sua concepção e contribui, na teoria e na prática, para a sua transformação radical.

Do mesmo modo, o enfoque de gênero não elimina a perspectiva de classe. A luta não é, nem pode ser, a luta de classes ou de gênero. Do que se trata é de construir, ou reconstruir, o enfoque de classe contendo o de gênero e vice-versa.

Por isso muito mais do que dividir ou desviar (como foi em ocasiões acusado o feminismo), a incorporação do enfoque de gênero e as suas propostas à construção de uma alternativa democrática - popular só pode enriquecer a proposta e o enfoque de classe. Neste ponto a autora coincide com as teólogas feministas Maria Pilar Aquino e Elsa Támez quando afirmam que “a consideração da mulher como sujeito é fundamental quando se fale de um processo que mantém como referente à construção de uma nova sociedade igualitária, formada por mulheres novas e homens novos. O princípio básico subjacente nestas considerações tem implicações políticas porque a força das mulheres, a sua resistência,

os seus conhecimentos, a sua experiência e capacidade de luta, fortalecem os processos populares. Mas, sobretudo, tem implicações antropológicas de fundo porque reclama e propõe uma nova forma de pensar e conceber à mulher, não já como força estratégica nos processos de mudança social, senão como sujeito histórico, ou seja, como pessoa com consciência própria dos seus interesses, a sua luta e o seu devir na história” (p.57).

A construção de novos homens e novas mulheres passa por gerar gradativamente a mudança de mentalidades em as ambas as partes. Trata-se por tanto de um projeto político diferente, um projeto político ideológico – social onde as reivindicações gênero sejam parte de todo um sistema social; que não seja um discurso senão um fato concreto. E que seja gerado a partir de uma luta constante na vida cotidiana.

Para que se concretizem esses projetos é necessário e importante procurar por espaços e momentos nos que o homem e a mulher possam reflexionar juntos sobre a problemática de gênero. Espaços comuns de reflexão, onde se conjugue gênero, poder e política nos termos apresentados no terceiro capítulo.

A autora nos coloca, neste momento, ante a razão última pela qual a concepção de gênero enriquece a concepção de poder: seu esclarecimento. O gênero desvenda elementos da cultura de dominação e os mecanismos e vias pelos que exerce a subordinação discriminante das mulheres em cada sociedade. Mas também, porque traz elementos cuja incorporação é necessária a um processo de construção de poder realmente democrático desde abaixo, desde a vida cotidiana especificamente, procurando simultânea e articuladamente transformar as relações sociais de opressão de gênero e exploração de classe desde o interior da família, no bairro, no trabalho, no sindicato, no partido, no movimento social etc. Esta é a principal contribuição do enfoque de gênero à política: o redimensionamento da política, do político, do poder.

De tal modo, o que mostra o enfoque de gênero é que, precisamente, os limites entre o mundo público e privado são culturais. Produzidos um segundo as necessidades do outro. O que implica que nunca existirá uma verdadeira democratização do mundo público se mantiver intactas as relações homem – mulher no mundo privado, e se mantivermos no geral, a subordinação do privado pelo público.

Para a autora fica claro que, se toda ação de transformação das relações de poder, ali aonde se produzem, é uma ação política, questões referidas as relações homem-mulher, mulher-mulher, pais – filhos, violência contra as mulheres, sexualidade e, no geral, de organização da vida cotidiana, passarão a ter uma importância fundamental na dimensão e ação política futura.

Mas, o que impede a participação política das mulheres? Se a política e o político não se restringem, como sabemos, aos políticos nem ao âmbito meramente estatal, a incorporação das mulheres à vida política também não se restringe a integrar listas eleitorais. Este fato não deixa de ser um passo importante para mudar a vida pública, porém não é suficiente. Precisa-se que a responsabilidade do âmbito privado e os afazeres domésticos não continuem recaindo só sobre as mulheres e que a suposta inferioridade desses papéis não seja trasladada aos afazeres públicos.

Nesse ponto, desde o enfoque do empoderamento (empowerment), discutido no quarto e último capítulo, “ter poder” significa em primeiro termo “poder fazer”. E, esse *poder fazer* implica uma tomada de consciência. A reflexão sobre como este sistema, ou sistemas, sociais, estruturam não só todo um sistema político e econômico, senão que, através disso, geram formas para que reproduzamos as formas de vida que os setores de poder esperam seguir mantendo na sociedade. Quando tomamos consciência disso, segundo Rauber, podemos pensar formas alternativas de *poder fazer* coisas.

O empoderamento é um processo que, na sua primeira fase, manifesta-se através da apropriação de espaços de poder tradicionalmente dos homens por parte das mulheres. Porém, em ocasiões o que acontece é uma apropriação do espaço simultânea a reprodução de padrões culturais. Isto ocorre porque o empoderamento tem lugar de formas variadas e em diferentes âmbitos, e nem sempre vai acompanhado de uma toma de consciência de gênero por parte das mulheres. Podem-se ocupar espaços para transformá-los (como no caso de Rigoberta Menchú) e pode-se também só ocupar espaços (como Margaret Thatcher).

Isso nos leva a conhecer para estudar, abordar e distinguir os diferentes níveis de empoderamento nas pesquisas de gênero: o que implica “poder fazer” e o que busca “poder fazer para transformar”.

Isabel Rauber finaliza este “ensaio testemunha” como ela o define, com dois questionamentos nos que radica o valor metodológico e político do conceito de empoderamento desde a perspectiva de gênero. Dois questionamentos que temos, porque devemos, nos fazer todas e todos aqueles interessados em abordar a pesquisa dos fenômenos sociais desde a perspectiva de do gênero e do poder.

Porque podemos encontramos com homens e mulheres lutadoras, combativas, organizadas, mas qual é proposta de modificação das assimetrias nas relações de gênero? E também porque, sim somos capazes de constatar processos de empoderamento de mulheres, e homens, determinados lugares, porém até que ponto estes processos estão modificando ou contribuindo para a modificação das relações de poder estabelecidas entre os sexos? Duas questões, que como observamos, são de suma importância no exercício do desvendamento das diferentes faces do poder.

